

MERCADOS



Bovespa cai 0,9% e fecha no menor nível desde 14 de agosto

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscilou ao sabor do comunicado do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e das palavras do presidente da instituição dos Estados Unidos, Jerome Powell, após a decisão - conforme a expectativa majoritária do mercado - de cortar a taxa de juros da maior economia do mundo em 50 pontos-base, a primeira redução desde 2020, o que a princípio deu impulso moderado aos índices de ações em Nova York no meio da tarde - mas não sustentado também por lá no fechamento do dia, levemente negativo.

De olho no Fed mas à espera do Copom, a corrente do dia manteve o Ibovespa (Índice Bovespa) em modo de cautela ao longo desta 'super quarta' em que o índice de referência esboçou reação no meio da tarde, mas encerrou na mínima do dia, em queda de 0,9%, aos 133 747,66 pontos. O giro foi bastante reforçado, a R\$ 37,6 bilhões, nesta quarta-feira de vencimento de opções sobre o índice.

Na semana, em retração nas últimas duas sessões, o Ibovespa cai 0,84%, colocando a perda do mês a 1,66%. No ano, o índice passou ontem também ao negativo (-0,33%). Agora aos 133,7 mil pontos, foi o menor nível de fechamento desde 14 de agosto.

A referência da B3 mudou de sinal e testou alta nos minutos seguintes à divulgação do comunicado do Fed, às 15h, e voltou a renovar máxima do dia depois das 15h30, aos 135.203,32 pontos, durante a fala do presidente da instituição.

Ao decidir pela redução dos juros em 0,5 ponto percentual, o Federal Reserve apontou em comunicado que seus dirigentes têm registrado "maior confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção a 2%, e julga

que os riscos de atingir seus objetivos para emprego e inflação estão aproximadamente equilibrados." De acordo com o documento, "o cenário econômico é incerto e o Comitê está atento aos riscos dos dois lados do mandato duplo".

O Fed alterou a redação de trecho do comunicado que trata da inflação, destacando progressos na área. O Federal Reserve cortou os Fed Funds em 50 pontos-base, para a faixa de 4,75% a 5% ao ano, em decisão por 11 votos a 1.

Para além da decisão do Fed, o dia não foi bom para as ações de commodities, com Petrobras (ON -1,73%; PN -2,4%, mínima do dia no fechamento) e Vale (ON -1,17%) à frente, assim como para outro setor de peso, o financeiro (Bradesco ON -1,16%, piso do dia no encerramento; Itaú PN -0,57%), o que segurou o Ibovespa no negativo, aprofundando perdas em direção ao fechamento.

Na ponta ganhadora na B3, Braskem (+4,76%), Usiminas (+2,79%) e São Martinho (+2,57%), dentre os componentes do Ibovespa. No lado oposto, Azul (-10,08%), CSN Mineração (-8,26%) e Marfrig (-5,44%). Em Nova York, os ganhos da tarde se transformaram em leves perdas no fechamento: -0,25% (Dow Jones), -0,29% (S&P 500) e -0,31% (Nasdaq).

DÓLAR

O dólar emendou sexto pregão consecutivo de baixa no mercado doméstico ontem, dia que marcou o começo do tão aguardado ciclo de relaxamento monetário nos Estados Unidos e deve trazer o início de um processo de alta da taxa Selic.

No fim do dia, a divisa recuava 0,48%, cotada a R\$ 5,4617 - menor valor de fechamento desde 19 de agosto (R\$ 5,412). Nos últimos seis pregões, o dólar já caiu 3,7%. Em setembro, a desvalorização é de 3,08%.

SELIC

Copom eleva juros básicos da economia para 10,75% ao ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Alta recente do dólar e as incertezas em torno da inflação fizeram o Banco Central (BC) elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(IPCA). Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial, ficou negativo em 0,02%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda no preço da energia puxou o índice para baixo, mas o alívio na inflação é temporário.

As tarifas de luz subirão a partir de setembro por causa da bandeira tarifária vermelha. Além disso, a seca prolongada terá impacto no preço dos alimentos. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que o choque de oferta de alimentos não seja resolvido por meio de juros.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,24 em 12 meses, próximo do teto da meta deste ano. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a previsão de que o IPCA termine 2024 em 4%, mas a estimativa pode mudar por causa da alta do dólar e do impacto da seca prolongada sobre os preços. O próximo relatório será divulgado no fim de setembro.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,35%, perto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,22%.

CRÉDITO MAIS CARO

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Inflação, o Banco Central aumentou para 2,3% a projeção de crescimento

para a economia em 2024, mas o número deve ser revisado após o crescimento de 1,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre.

O mercado projeta crescimento bem melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,96% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

CNI diz receber com 'total indignação' elevação da taxa Selic em 0,25 ponto

SANDRA MANFRINI/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou ontem, por meio de nota, ter recebido "com total indignação" a decisão de ontem do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou a taxa de juros Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano. Na avaliação da entidade, o nível da Selic antes da reunião desta quarta-feira "era mais do que suficiente para manter a inflação sob controle" e a decisão vai prejudicar a criação de emprego e renda para a população.

"É emblemático que no mesmo dia em que os Estados Unidos decidem baixar a taxa básica após meses, o Brasil resolva o contrário, elevar a Selic. Torna a nossa diferença de juros reais ainda mais grave e cria condições desfavoráveis ao investimento no país. Até que ponto a especulação do mercado futuro de juros influencia as narrativas da expectativa de inflação futura?", questiona o presidente da

CNI, Ricardo Alban.

A CNI destaca que a elevação da Selic mantém o Brasil em 3º lugar entre as maiores taxas de juros do mundo, atrás apenas da Turquia e Rússia. "Juntamente com o nosso problema de elevação spread bancário - também o 3º maior do mundo -, esse fator empurra o País para fora da disputa mundial pela produção", diz a nota.

A entidade pontua ainda que a alta na taxa de juros "joga contra" a recuperação da indústria de

transformação e do investimento. "Por tudo isso, fica claro que subir a Selic foi uma decisão totalmente equivocada do BCB. Nesse contexto, é fundamental que o BCB retome os cortes na taxa de juros o quanto antes. Apenas com um ambiente de menor custo de financiamento é que as empresas conseguirão viabilizar projetos de investimento que são essenciais para o aumento da produtividade e da capacidade produtiva, com ganhos para o crescimento da economia", conclui Alban.

2024

TCU aprova relatório com alerta sobre risco de não obter meta fiscal

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, um relatório com alerta para o governo federal sobre o risco de descumprimento da meta de resultado primário de 2024, a partir da arrecadação proveniente de disputas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O documento aponta que a arrecadação até 6 de agosto de 2024 foi de apenas R\$ 83,35 milhões ou 0,22% da estimativa

prevista para o ano.

"Em razão do volume de recursos inseridos na estimativa de receita primária a título de voto de qualidade do Carf, da baixa arrecadação dessa receita até 6/8/2024, da sensibilidade da receita às premissas quanto à adesão dos contribuintes ao parcelamento e, ainda, do espaço fiscal limitado para cumprimento do limite inferior do resultado primário nas estimativas do RARDP do 3º bimestre de 2024, torna-se imperativa uma

reavaliação dessa receita pelo Executivo", aponta o relatório.

O retorno do voto de qualidade no Carf levou à inclusão inicial de receita de R\$ 54,7 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024. Houve revisão para baixo na avaliação bimestral.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre de 2024, a estimativa de arrecadação estava em R\$ 37,71 bilhões.

As estimativas de receita pri-

mária, incorporado recursos via litígios administrativos, é uma das principais frentes prevista para meta de zerar o déficit nas contas públicas, ou ficar na banda entre -0,25% e superávit de 0,25%.

O documento ressalta que a Instituição Fiscal Independente (IFI), em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal, de agosto, considera a possibilidade de serem arrecadados R\$ 3,8 bilhões no período entre julho e dezembro de 2024.

Nota

LULA SANCIONA LEI DO TURISMO E FNAC PODERÁ SER USADO PARA AVAL DE FINANCIAMENTOS DE AÉREAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou ontem, mudanças na Lei Geral do Turismo em cerimônia no Palácio do Planalto. Dentre as novidades, estão modificações de regras sobre o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que agora poderá ser utilizado como fonte garantidora para financiamentos a companhias aéreas. A estimativa é de R\$ 5 bilhões anuais em crédito. O texto sancionado é fruto da

aprovação do Projeto de Lei 1 829/2019 pela Câmara no último dia 28. Além da medida voltada para as empresas aéreas, a atualização da legislação brasileira de turismo flexibiliza regras para hospedagem de crianças e adolescentes, ampliando os representantes que podem autorizar a estadia. Enquanto atualmente é preciso que o menor esteja acompanhado por um dos pais, representante legal ou com um termo de autorização assinado pelos pais, agora também poderão assumir esse papel parentes como avós, irmãos maiores de idade ou tios, desde que comprovado o parentesco.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

VIGOR EM 2025

BC manda bancos criarem alerta de golpe contra Pix

CLAYTON FREITAS/AE

As instituições financeiras participantes do Pix deverão criar, a partir do ano que vem, um alerta de golpes para transações atípicas. A medida foi tomada pelo Banco Central no dia 12 deste mês, durante uma reunião do Fórum Pix, um grupo que envolve prestadores de serviços de pagamento e usuários finais da ferramenta, sob a coordenação do BC.

A informação consta da apresentação feita durante a reunião. O Banco Central não criará tais parâmetros, que devem ser implementados dentro de seis meses a partir da alteração do manual que estabelece os requisitos mínimos para a experiência do usuário. A última atualização do manual foi em julho de 2023. A criação do alerta, como ele será feito e os critérios serão de responsabilidade de cada instituição financeira.

R\$ 1 BILHÃO

As várias modalidades de fraudes já levaram à devolução de mais de R\$ 1 bilhão aos clientes lesados, segundo os dados do próprio Banco Central. Os números se referem ao Mecanismo Especial de Devolução (MED), criado para facilitar as devoluções do Pix.

A criação do alerta integra um pacote que visa aprimorar a segurança do sistema de pagamento. Segundo a apresentação, a partir do dia 1º de novembro deste ano, os mecanismos de armazenamento das chaves Pix devem ter um sistema capaz de identificar transações atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente. As medidas são as seguintes:

- Uso de temporizador para fazer a transação;
- Rejeição de transações suspeitas de fraude;
- Bloqueio cautelar (da chave). Ainda segundo a apresenta-

ção, as transações Pix não poderão mais ser iniciadas nem recebidas por conta mantida por usuário identificado como suspeito de fraude ou "laranja". Os bancos devem informar o BC a cada seis meses a relação de clientes que possuem marcações de fraude.

Outras medidas de segurança determinam que as chaves Pix e as transações feitas com elas devem ser feitas em dispositivo de acesso previamente cadastrado pelo cliente. Essa medida, segundo o grupo de segurança do Fórum Pix, dificulta aquelas fraudes em que o criminoso consegue o login e senha das pessoas.

Transações Pix de dispositivos de acesso não cadastrados - tais como um novo aparelho de celular comprado pelo cliente - terão valores limitados a até R\$ 200 por transação, com teto máximo de R\$ 1.000 ao dia.

Ainda segundo a apresen-

tação, caso as instituições financeiras não cumpram as regras determinadas, elas estarão sujeitas a penalidade de R\$100.000,00.

DEVOLUÇÃO

Para evitar fraudes no MED, o Banco Central acatou duas medidas propostas pelo Fórum Pix. Uma delas é não permitir a criação de solicitação de devolução por falha operacional nos casos em que a transação Pix foi corretamente iniciada pelo usuário pagador e o valor indicado por ele foi devidamente destinado à conta do receptor.

Outra é a possibilidade da instituição financeira responsável pelo pagamento ou recebimento do Pix poder analisar e rejeitar a solicitação de devolução. As duas medidas entram em vigor seis meses após ser incluída no manual Operacional e de Tempos do Pix

PARANÁ

Dino revoga liminar e libera leilão de três lotes da Sanepar

LAVÍNIA KAUCZ/AE

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou a liminar que ele mesmo proferiu em maio suspendendo o leilão de três lotes de parceria público-privada da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). A liminar havia atendido a pedido da Aegea, uma das empresas que disputam a licitação para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 122 municípios paranaenses.

A Aegea questionou uma regra do edital que proíbe a escolha da mesma empresa para mais de um dos lotes no leilão. A empresa afirmou que a restrição é desproporcional e viola a competitividade - argumento que foi acolhido por Dino na ocasião. A abertura das propostas ocorreria em 22 de maio e foi suspensa no dia anterior.

Dino mudou de posição após o Estado do Paraná prestar informações e esclarecer os pontos que haviam embasado a liminar

"Qualquer conclusão a respeito das questões depende do exame de temas de natureza técnica e de fatos e provas constantes dos autos, bem como da legislação infraconstitucional, o que não é possível nesta via processual", concluiu Dino.

A via processual a que ele se referiu é a reclamação, tipo de ação que costuma ser analisada monocraticamente e sem análise de provas, apenas para fazer cumprir um entendimento do Supremo.

Nota

FED CORTA TAXA DE JUROS DOS EUA EM 50 PONTOS-BASE, PARA FAIXA DE 4,75% A 5% AO ANO

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) cortou a taxa dos Fed Funds, como é conhecida a taxa de juros dos Estados Unidos, em 50 pontos-base, para a faixa entre 4,75% a 5% ao ano. A decisão foi anunciada ontem à tarde desta. Analistas consultados pelo Grupo Estado esperavam uma decisão apertada entre probabilidades de redução de 25 pontos-base ou de 50 pontos-base.

STF

Ministro dá mais 90 dias para acordo entre União e Eletrobras

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kássio Nunes Marques prorrogou por mais 90 dias o prazo para a União e a Eletrobras chegarem a um acordo sobre o poder de voto na empresa Ele atendeu a

pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). É a terceira vez que o prazo é estendido desde que o caso foi remetido para tentativa de solução consensual, em dezembro do ano passado.

Nunes Marques ressaltou, contudo, que as partes devem

comprovar o engajamento em prol da resolução do conflito, o avanço das negociações e quais ajustes foram feitos para que o "quadro não permaneça indefinido por tempo indeterminado, tampouco contribua para a manutenção de cenário de incertezas".

O ministro é relator de ação protocolada pela AGU contra regra que limita o poder de voto dos acionistas a 10%.

Na ação, o governo argumenta que o poder de voto da União deve ser proporcional à sua participação acionária, de cerca de 43%.

ÍNDICES ECONÔMICOS

Lula diz que economia vai crescer cerca de 3,5% e volta a defender salário mínimo

SOFIA AGUIAR E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a economia do Brasil vai crescer cerca de 3,5% neste ano. Ao enaltecer os índices econômicos atuais, ele voltou a defender o aumento do salário mínimo e disse que a atual cifra "não é cara". A declaração foi feita na durante a sanção do Projeto de Lei nº 1829/2019 que atualiza a Lei Geral do Turismo, em evento no Palácio do Planalto.

"Esse ano, o tal do mercado começou a falar: Ah, economia não vai crescer, porque as coisas estão ruins, porque está tudo errado. A economia vai crescer, presta atenção no que vou falar, acima de 3% e vamos chegar acima de 3,5%", disse, no evento.

Dentre os participantes da cerimônia, estão o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os ministros do Turismo, Celso Sabino, e de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a economia bra-

sileira deve crescer mais de 3% este ano, depois de ter adiantado a jornalistas que a revisão das projeções da Fazenda indicaria uma alta deste nível ou mais do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o ministro, atualmente, há um recorde de geração de empregos, com queda da desocupação.

De acordo com Lula, é preciso dar condições à toda população. Nesse sentido, ele rebateu as críticas em relação ao aumento do salário mínimo em seu governo.

"Sei que muitas vezes, para

quem paga o salário, fica nervoso com o governo. Nossa, o governo está aumentando o salário mínimo, tenho que pagar minha empregada doméstica. Tenho que pagar. Como é caro", contou Lula. "Não é caro nada. Muitas vezes, tomando uísque com companheiro, se dá R\$ 1.400 de gorjeta", rebateu o chefe do Executivo. "A verdade é que, para essas pessoas mais humildes, quando elas têm o mínimo necessário, elas querem viajar", comentou o presidente. "Se as pessoas tiverem condições, elas vão viajar."

CNI

Agosto registra avanço da produção industrial e do número de empregados

AMANDA PUPO/AE

Tanto a produção industrial quanto o número de empregados no setor registraram avanço em agosto na comparação com julho, aponta a Sondagem Industrial divulgada ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice de evolução da produção industrial atingiu 52,2 pontos no mês passado. Como ficou acima dos 50 pontos, o indicador do mês sinaliza que houve expansão da produção frente a julho.

"É o segundo mês consecutivo de alta de produção - o índice de julho de 2024 também ficou acima dos 50 pontos", afirmou a CNI. Por outro lado, as expectativas mostraram uma redução

do otimismo em setembro sobre a demanda e as compras de matérias-primas.

Segundo a entidade, o crescimento da produção de agosto foi puxado pelas médias e grandes empresas, já que os índices para as firmas desses portes ficaram acima de 50 pontos, enquanto o indicador para indústrias de pequeno porte ficou abaixo dessa linha, o que supõe um recuo da produção nessas empresas. "Entre as regiões do País, todos os índices encontram-se acima da linha divisória de 50 pontos", assinalou a confederação.

Já o índice de evolução do número de empregados em agosto atingiu 50,7 pontos, um avanço também puxado pelas médias e grandes empresas,

com redução no emprego industrial no Norte e Sudeste, mas avanço nas demais regiões.

A capacidade instalada também apresentou números positivos. A utilização pela indústria atingiu 72% em agosto, após avançar 1 ponto porcentual (p.p.) frente a julho. "A UCI permanece em patamar elevado em agosto: no mês, o percentual de utilização da capacidade instalada ultrapassa a média histórica dos meses de agosto da série, indicando utilização mais intensa da capacidade instalada do setor. A UCI se mantém acima da média histórica mensal há quatro meses", diz a CNI.

No caso das perspectivas sobre setembro, que revelaram uma moderação do otimismo, o

índice de expectativa de demanda atingiu 57,7 pontos em setembro de 2024, após recuar 0,6 ponto frente a agosto. "Embora o recuo tenha sido observado em empresas de todos os portes, todos os índices permanecem em patamar otimista", observou a CNI. No mês, apenas a perspectiva sobre quantidade exportada avançou, enquanto a expectativa sobre o número de empregados no setor se manteve estável.

Por outro lado, o indicador de intenção de investimento avançou em setembro, atingindo 58,1 pontos no mês, após avançar 0,3 ponto frente a agosto. O índice se posiciona 6,0 pontos acima da média histórica da série, de 52,1 pontos.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta
Resumo da Ata da Reunião do Conselho de Administração: I. Foi realizada reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. no dia 04.09.2024 às 13:00hs, no escritório da Companhia em São Paulo, com a presença da maioria dos Conselheiros, na qual foi deliberada e aprovada: 1) Alteração no Regimento Interno da Diretoria; 2) Política de Diversidade, Equidade e Inclusão; e 3) Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade. Assinaturas: Marcelo Leite Barros, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Marco Aurelio Brito Braga, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://r1.mrs.com.br). JUCERJIA Protocolo: 2024/00758684-5. Data do protocolo: 11/09/2024. Certificado de arquivamento em 13/09/2024 sob o número 0000648263

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Em razão da não-instalação da reunião de sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") a ser realizada, em primeira convocação, em 16 de setembro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), ficam os sócios da Sociedade convocados para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em segunda convocação, em 23 de setembro de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (i) a ratificação do aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$ 42.337.547,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais), com emissão de 42.337.547 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentas e quatro e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 10 de julho de 2024 ("Aumento de Capital"); e (ii) a correspondente alteração do contrato social da Sociedade, para refletir o Aumento de Capital. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópia de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2024. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral.

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.
CNPJ 02.538.768/0001-49 - NIRE 3330016739-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2024
LOCAL, DIA E HORA: Sede da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia nº 651, pav. 20, parte, Centro, CEP 20.021-903, no dia 12 de agosto de 2024, às 10:00 horas. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, que representa a totalidade do capital social da Companhia, na forma do §4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **MESA:** Presidente: André de Oliveira Cândia; e Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Jornal Diário do Acionista, do dia 11 de maio de 2024 (Anexo I). **DELIBERAÇÕES:** A acionista única adotou as seguintes resoluções: (a) Nos termos do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, considerar sanada a inobservância do prazo previsto para publicação dos documentos listados nos itens I, II e III do mesmo artigo; (b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, constantes do Anexo I, com o respectivo parecer dos auditores independentes, não havendo resultados a serem distribuídos, face ao prejuízo apurado no exercício; e (c) Aprovar a lavratura sumariada da ata desta assembleia geral, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa dos documentos que interessam à assembleia realizada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: André de Oliveira Cândia; Secretário: Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. Acionista: Queiroz Galvão S.A., por André de Oliveira Cândia e Leandro Luiz Gaudio Comazzetto. **André de Oliveira Cândia** - Presidente da Mesa; **Leandro Luiz Gaudio Comazzetto** - Secretário da Mesa. **Certidão** - Jucerja - Certificado de arquivamento em 11/09/2024 sob o nº 000064444443. Protocolo nº 2024/007504520 em 09/09/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



APELIDO JOCOSO

Padre Júlio processa Marçal após ser acusado de politicagem

HEITOR MAZZOCO/AE

O candidato a prefeito de São Paulo pelo PRTB, Pablo Marçal, foi acionado na Justiça ontem, pelo padre Júlio Lancellotti depois de dizer em entrevista que o sacerdote "fica usando aquilo ali para politicagem", em uma suposta referência ao trabalho da Pastoral do Povo da Rua. Lancellotti pede que a Justiça determine a retirada do trecho da entrevista publicado por uma página no Instagram chamada "Vigia Mooca" e determine abertura de investigação policial para apuração dos fatos.

De acordo com a inicial protocolada pelos advogados Hélio Freitas de Carvalho da Silveira e Marcelo Santiago de Pádua Andrade, Marçal ainda usou termo pejorativo de "lança leite". As declarações de Marçal ocorreram durante sabbatina realizada pela Revista Oeste no dia 10 deste mês. "Pablo Marçal feriu a honra e o decoro de um sacerdote que está completamente fora da disputa político-partidária", avaliam os advogados na inicial da ação.

O Estadão entrou em contato com assessora de Pablo Marçal e com a página Vigia Mooca e ainda aguardava retorno até a publicação deste texto.

Ainda de acordo com o documento protocolado junto à Justiça Eleitoral, Marçal afir-

mou na entrevista apoiar uma CPI para investigar o trabalho do sacerdote. "É claro, você imagina, se você na cidade de São Paulo sabe que R\$ 1 bilhão está sendo destinado para nada, isso tem que ser apurado e colocado gente na cadeia. A gente gasta esse tanto de dinheiro por ano e aumentou em 23% as pessoas em situação de rua, ou seja, nós não estamos gastando esse dinheiro, alguém está comendo esse dinheiro (...). Ou seja, você está investindo para ter mais motor de rua e por esse bando de ONG para fazer graça aqui. Em nome de que? A troco de que?", disse na sabbatina.

Os advogados de Lancellotti citam ainda que as ofensas proferidas visando fins de propaganda eleitoral. "Não por outro motivo, o candidato ofensor Pablo Marçal lançou mão de uma estratégia já conhecida do eleitorado paulistano, apelidar de forma indecorosa e vil, visando a formulação de peças audiovisuais de curtíssima duração, os chamados 'cortes', que circulam com grande facilidade e alcançam grande capilaridade nas redes sociais", afirmaram no documento.

Há ainda citação ao artigo 326, da lei nº 4.737 de 15 de Julho de 1965 (Código Eleitoral). É nesse trecho que a legislação prevê punição para injúrias e agressões durante campanha eleitoral.

PESQUISA QUAEST

Nunes venceria Boulos e Marçal em eventual 2º turno

KARINA FERREIRA/AE

Um novo levantamento da Quaest divulgado ontem, sobre as intenções de voto para a Prefeitura de São Paulo indica que numa eventual segunda etapa do pleito na capital paulista, Ricardo Nunes (MDB) venceria os dois principais adversários, Guilherme Boulos (PSOL) e Pablo Marçal (PRTB).

Nos dois cenários, o atual prefeito seria eleito com mais de 10 pontos percentuais de diferença. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais.

Contra Boulos, Nunes teria 46% das intenções de voto, ante

35% do candidato do PSOL. Comparando ao levantamento anterior do instituto, divulgado na última quarta-feira, o prefeito oscilou dois pontos para baixo, enquanto Boulos, dois para cima, ambos dentro da margem de erro. Brancos e nulos se mantiveram em 13% e indecisos, em 6%.

Outro cenário da pesquisa é um eventual segundo turno entre Nunes e Marçal. Contra o influenciador, o prefeito aparece com 47% das intenções de voto, ante 27%. Na pesquisa anterior, Nunes marcava 50%, ante 30% do ex-coach, ou seja, ambos oscilaram para baixo dentro da margem de erro. Os votos nulos ou em branco nesse cenário

cresceram cinco pontos percentuais. Indecisos passaram de 5% para 6%.

A pesquisa Quaest entrevistou 1.200 eleitores de 16 anos ou mais em São Paulo (SP) entre os dias 15 e 17 de setembro. O nível de confiança é de 95% e o levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o código SP-00281/2024.

No terceiro cenário de segundo turno medido pela pesquisa, entre o deputado federal e o ex-coach, Boulos venceria Marçal por 42% a 36%. Na pesquisa anterior, neste eventual confronto, o candidato do PSOL tinha 40%, ante 39% do candidato do PRTB.

No cenário estimulado de primeiro turno, principal da

pesquisa, Nunes aparece com 24% das intenções de voto, Boulos, 23%, e Marçal, 20%, em empate técnico triplo. A pesquisa é a primeira das três que serão divulgadas após o episódio em que José Luiz Datena (PSDB) deu uma cadeira em Marçal, durante o debate realizado pela *TV Cultura* no último domingo.

Entretanto, um dos dias de coleta da pesquisa Quaest, o domingo, não teve respostas impactadas pela repercussão do caso, uma vez que a agressão ocorreu no final da noite. Outras duas pesquisas ainda serão publicadas nesta semana: a do *Datafolha* hoje, e a do instituto Paraná Pesquisas, amanhã.

Boulos diz que fará reintegração de posse se houver invasão de terrenos

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O candidato Guilherme Boulos (PSOL) disse ontem, em sabbatina realizada pelo Estadão, que fará reintegração de posse se houver invasões de terrenos e imóveis em uma eventual gestão à frente da Prefeitura de São Paulo. O psolista foi coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e liderou invasões realizadas pelo grupo no passado.

"Primeiro, nós vamos dialogar com os movimentos sociais", disse Boulos. "Agora, havendo uma situação como essa, o prefeito tem coisas que não cabem. Não vou prevaricar. Senão eu sou preso. Pura e simplesmente. Você tem obrigações funcionais. E é disso que se trata. Agora, em qualquer caso, será com diálogo com as pessoas. Não acredito na vio-

lência como método para lidar com problema social", continuou.

O candidato do PSOL aposta que sua administração registrará o menor número de invasões da história de São Paulo porque ele promete fazer o maior programa habitacional da história da cidade. "O movimento de moradia atua, ocupa imóveis abandonados, quando não tem política pública e diálogo com o governo. Aqui eu estou falando de movimento organizado. Outra coisa é movimento clandestino na periferia ligado ao crime", afirmou Boulos, acrescentando que este último cresceu nos últimos anos por falta de fiscalização da gestão Ricardo Nunes (MDB).

O psolista negou ser exagero dizer que ele entregou 15 mil moradias populares como faz sua propaganda eleitoral. Ele reconhece que as casas foram construídas em parceria com o

governo federal por meio de editais do Minha Casa, Minha Vida destinados a entidades como movimentos sociais e associações, mas afirma que o MTST, coordenado por ele, buscou o terreno, elaborou o projeto e coordenou a execução da obra.

"Essas obras foram feitas por gestão direta. Eu acompanhei cada passo, cada laje que era feita, desde a confecção do projeto até a entrega das chaves" argumentou.

FUNK

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), candidato a prefeito de São Paulo, publicou em rede social ontem, um vídeo na produtora Love Funk, na zona leste da cidade. Há um mês, o influenciador Pablo Marçal (PRTB), que também disputa o comando da Prefeitura, divulgou uma visita no mesmo local.

Ao lado do empresário Hen-

rique Viana, conhecido como Rato, dono da produtora, Boulos disse que, se eleito, estará à disposição para fortalecer a relação entre a administração municipal e o funk. O empresário chamou o candidato do PSOL de amigo, disse contar com ele para apoio a projetos sociais da Love Funk e afirmou que torce para "dar certo".

Ao Estadão, a campanha de Boulos disse que aceitou um convite da produtora para visitar o local. "Conversamos com todo mundo, não seria diferente com empresários do funk. Recebemos o convite da Love Funk e fomos. O diálogo da campanha de Guilherme Boulos com setores da Cultura tem foco em jovens artistas da periferia, com a intenção de apoiar e promover iniciativas para além do eixo central da cidade. O funk é parte disso", afirmou.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Sociedade por ações - CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) A concessão de *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária de celebrar aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"), conforme definido na cláusula 2.1.5 do mesmo instrumento, tendo em vista que houve a celebração de contrato de locação com a Mixer Atacado e Varejo de Gêneros Alimentícios Ltda, em 30/04/2024; (ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, conceder o prazo adicional até 08 de novembro de 2024 para que seja celebrado o referido aditamento; (iii) A concessão de um *waiver*, pelo cumprimento interpositivo de obrigação pecuniária, referente ao pagamento das Notas Comerciais, devido no dia 15 de agosto de 2024, conforme Cronograma das Datas de Pagamento das Notas Comerciais, sendo pago em 19 de agosto de 2024, com a dispensa da cobrança prevista na cláusula 5.10.1.1 das Notas Comerciais, que prevê: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; (iv) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@comcor.com.br, com cópia para o e-mail canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI WTORRE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para liberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 18 de setembro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIE DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em 1ª e 2ª Séries, da 50ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 7 LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 07 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, para que não seja decretado Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da cláusula 6.2 (i) do Termo de Securitização, em face do descumprimento da obrigação de registrar nos Cartórios Competentes o 2º Aditamento ao Instrumento de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 11/10/2023, entre Brasol Sistemas de Energia Solar 7 LTDA. E Canal Companhia de Securitização ("2º Aditamento à AFS"), conforme previsto nas cláusulas 8.1 e 8.1.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, cujo prazo encerrou em 08/01/2024; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, para que não seja decretado Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da cláusula da cláusula 6.2 (ii) do Termo de Securitização, em face do descumprimento da obrigação de registrar nos Cartórios Competentes o 3º Aditamento ao Instrumento de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície em Garantia e Outras Avenças ("3º Aditamento ao Contrato de AFS"), conforme previsto nas cláusulas 8.1 e 8.1.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, cujo prazo encerrou em 03/05/2024; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, para que não seja decretado Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da cláusula da cláusula 6.2 (ii) do Termo de Securitização, em face do descumprimento da obrigação de registrar nos Cartórios Competentes o 1º Aditamento ao Contrato de Constituição de Penhor de Equipamentos e Outras Avenças ("1º Aditamento Penhor de Equipamentos"), conforme previsto na cláusula 3.1 do Contrato de Penhor de Equipamentos, cujo prazo encerrou em 04/03/2024; (iv) Caso aprovados os itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia acima, conceder o prazo adicional de 45 dias contados da data da Assembleia para que sejam cumpridas as obrigações mencionadas; e (v) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@comcor.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI BRASOL 50", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para liberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 17 de setembro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

ZONA SUL

Mulher é baleada e achada morta dentro de casa em Indianópolis

RENATA OKUMURA/AE

A engenheira Eliane Toniolo, de 63 anos, foi baleada e encontrada morta na madrugada desta quarta-feira, dentro de casa na Alameda dos Jurupis, 560, em Indianópolis, zona sul de São Paulo. O responsável pelo crime ainda não foi identificado. A Polícia Civil está investi-

gando o caso.

Conforme a Polícia Militar, policiais foram até o local por volta das 4h30 da manhã para atender a ocorrência, quando localizaram a vítima já sem vida.

"No local dos fatos, encontraram, no interior da residência, a idosa com um ferimento causado por disparo de arma

de fogo. O resgate foi acionado e o óbito constatado no local", acrescentou a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Segundo a investigação, a filha da vítima, de 28 anos, foi localizada no imóvel, trancada dentro de um cômodo.

"Ela relatou que ouviu barulhos na madrugada e que ela e a

mãe foram verificar o ocorrido, quando perceberam um homem na residência. Ela ficou trancada em um local e em seguida houve o disparo", acrescentou a SSP. A perícia foi acionada até o local. A ocorrência foi registrada como latrocínio, que é o roubo seguido de morte, no 27º DP (Dr Ignácio Francisco) e é investigado pela 2ª Cerco.

GUARUJÁ

Ex-secretário assassina mãe, cachorro e se mata

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O ex-secretário municipal Thiago Felipe de Souza Avanci, de 39 anos, foi encontrado morto ao lado do corpo de sua mãe e do cão da família, na noite de terça-feira passada, no Guarujá, no litoral de São Paulo. Os corpos estavam no quarto da residência da mulher, no Balneário Praia de Pernambuco.

A suspeita é de que Thiago tenha atirado contra a mãe, Sueli Nasti de Souza Avanci, de 72 anos, e depois contra a própria cabeça. Segundo a Polícia Civil, ele havia sido denunciado por suposto estupro de vulnerável contra um sobrinho autista menor de

idade. Thiago respondia pela pasta de Modernização e Transformação Digital da prefeitura e no mesmo dia das mortes havia pedido exoneração do cargo. Ele era também advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção de São Paulo, e até esta quarta-feira sua situação profissional estava regular.

O suposto autor dos disparos morava no mesmo imóvel que a mãe, no Balneário Praia de Pernambuco, em Guarujá. A perícia vai apurar se ela foi dopada com medicamentos antes de ser morta. Como o cão não tinha ferimento aparente, a suspeita é de que ele tenha sido submetido a eutanásia.

De acordo com a Polícia Civil, o caso de estupro envolvendo o homem de 39 anos é investigado pela Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do Guarujá. "Diligências estão em andamento visando o esclarecimento dos fatos. Na ocorrência de ontem (terça-feira), policiais civis estavam a caminho da residência do autor para cumprir um mandato de busca e apreensão quando foram informados sobre disparos de arma de fogo no imóvel", disse a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP).

Ainda segundo a nota, na residência a equipe localizou o corpo dele, da mãe, de 72 anos, e de um cão. A polícia apreendeu uma ar-

ma de fogo, celulares e outros pertences. Nesta quarta-feira, a SSP-SP informou que foi decretado segredo de Justiça sobre o caso, o que impede a polícia de dar detalhes sobre a investigação.

A prefeitura de Guarujá informou que a equipe do Serviço Móvel de Urgência (Samu) foi acionada às 20h54 de terça para atender à ocorrência na casa da família de Thiago e chegou ao local às 21h10. "A investigação segue sob a responsabilidade da Polícia Civil", disse.

Ainda segundo a prefeitura, Thiago Avanci pediu exoneração do cargo de secretário na terça-feira, sendo a portaria publicada na edição de ontem, no Diário Oficial do Município. Ele ingressou na administração municipal em julho de 2019, como assessor na Secretaria de Coordenação Governamental (Segov), função exercida até janeiro de 2021 e logo após, no mesmo mês, foi nomeado assessor de Assuntos Estratégicos.

NEGACIONISMO

Sete em cada 10 municípios têm risco alto para 'pólio'

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

De 5.570 municípios brasileiros, pelo menos 68% estão classificados atualmente como em risco alto ou muito alto para poliomielite, conhecida popularmente como paralisia infantil. O índice representa um total de 3.781 cidades, sendo a maioria (2.104) categorizada com alto risco para a doença. Há ainda 1.342 municípios brasileiros classificados como em médio risco e apenas 447 catalogados como em baixo risco para a pólio.

Os dados foram apresentados ontem durante a 26ª Jornada Nacional de Imunizações, em Recife, e constam no Plano de Mitigação de Risco de Reintrodução do Poliovírus Selvagem e Surgimento do Poliovírus Derivado da Vacina. Ao comentar os números, a consultora em imunizações da Organização Pan-Americana da

Saúde (Opas) Franciele Fontana avaliou o cenário como preocupante.

"Vemos grande parte do país em vermelho e em vermelho forte", disse, ao se referir às cores que sinalizam riscos elevados para a doença, erradicada do território brasileiro em 1994, após uma série de campanhas de vacinação em massa. O último caso de pólio no país foi confirmado em março de 1989. "A gente vem de uma série histórica de alto e muito alto risco de introdução no país e isso nos preocupa", completou.

A série histórica a que Franciele se refere são os resultados de uma avaliação de risco feita pela Comissão Regional de Certificação para a Erradicação da Pólio na Região das Américas. Em 2020 e em 2021, por exemplo, o Brasil havia sido classificado como em risco alto para a doença. Já em 2022, a categorização subiu para risco muito al-

to, ao lado do Haiti e da República Dominicana. No ano passado, o país voltou a registrar risco alto para pólio.

As coberturas vacinais contra a doença no Brasil sofreram quedas ao longo dos últimos anos. Em 2022, a cobertura ficou em 77,19%, longe da meta de 95%. Em 2023, o índice subiu para 84,63%.

RECOMENDAÇÕES

Franciele lembrou que, em junho deste ano, a comissão emitiu uma série de recomendações ao Brasil, incluindo investigar as causas das baixas coberturas vacinais contra a pólio. Dentre as hipóteses elencadas pela entidade estão o acesso limitado a doses em áreas mais remotas, a quantidade insuficiente de doses em determinadas localidades e a hesitação ou desconfiança da população acerca do imunizante.

A comissão também pediu ao

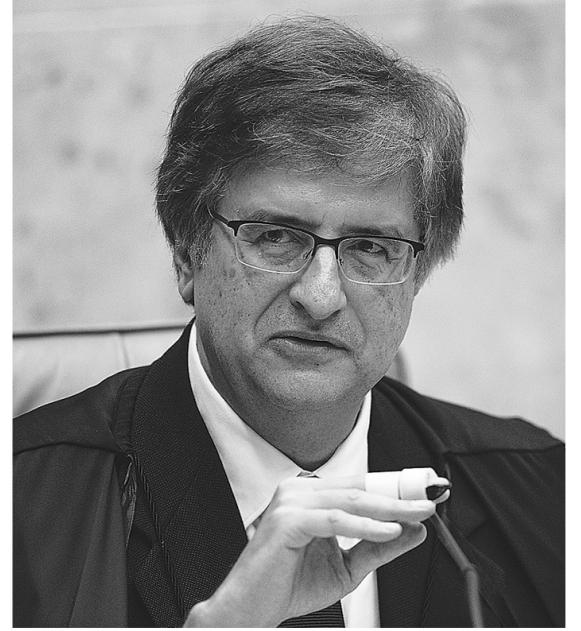
Brasil que priorize a vacinação em municípios classificados como em alto risco para pólio, iniciando as ações onde a taxa de imunização é inferior a 50%. Outra estratégia sugerida consiste num sistema de recompensa destinado a estados e municípios que cumpram metas definidas. A entidade solicitou ainda que uma comissão nacional se reúna uma vez ao ano para tratar do tema.

Por fim, a comissão sugeriu ao Brasil realizar um exercício de simulação para pólio que envolva todos os setores relevantes, encenando uma resposta a um surto da doença no país. "Precisamos que todas as nossas salas de vacina estejam abastecidas com insumos pra que a gente não perca oportunidades", avaliou Franciele, ao citar ainda que serviços de rotina em saúde precisam estar prontos para captar eventuais casos da doença.

PREFEREM A CADEIA

Metade dos golpistas do 8/1 rejeita acordo oferecido pela PGR

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



RAYSSA MOTTA/AE

Mais da metade dos acordos de não persecução penal oferecidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para réus do 8 de Janeiro foram ignorados. Das 1,2 mil propostas, mais de 600 ficaram sem resposta.

O procurador-geral da República Paulo Gonet (foto) afirmou ontem, que ele e a equipe ficaram surpresos ao constatar que os réus preferem responder aos processos criminais.

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que a opção por rejeitar o acordo parece "claramente uma manifestação ideológica".

"Para deixar claro que é um mito que é um conjunto de pessoas inocentes que estavam lá sem saber bem o que

estava acontecendo, estão recusando o acordo que envolve a devolução do passaporte e a retirada da torçãozeleira. Portanto, parece claramente uma manifestação ideológica de permanecer preso, ser condenado, em lugar de aceitar uma proposta de acordo que me parece bastante moderada", afirmou Barroso.

O acordo de não persecução penal é um instrumento jurídico em que o réu confessa o crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas, como o pagamento de multa e a prestação de serviços comunitários, para encerrar o processo criminal e revogar eventuais medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica. Esse benefício só está disponível para crimes de menor potencial ofensivo, cometidos sem violência, e com pena máxima prevista de quatro anos.

ANPP

STF: réus antes do pacote anticrime têm direito a acordo

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem, que o acordo de não persecução penal (ANPP) pode ser oferecido a réus processados antes da vigência do pacote anticrime, aprovado em 2019, desde que eles não tenham sido condenados em definitivo antes da lei entrar em vigor e mesmo se não tiverem confessado o crime no curso do processo. As defesas também não precisam ter manifestado interesse prévio na assinatura do acordo.

A aplicação retroativa do ANPP não vale para condenações que já transitaram em julgado, ou seja, que não podem mais ser objeto de recurso.

Ficou definido que as propostas de acordo devem ser analisadas e eventualmente homologadas na instância onde tramitam os processos. O objetivo é evitar que as ações tenham que ser remetidas à primeira instância, adiando seu desfecho.

Quando a ata do julgamento for publicada pelo STF, promotores e procuradores do Ministério Público devem se manifestar nas ações penais em andamento para justificar se há ou não possibilidade de ANPP. Essa análise deve ser feita "na primeira oportunidade", segundo a tese aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. O pronunciamento pode ser feito de ofício, ou seja, por iniciativa do próprio MP, a pedido da defesa ou a partir de provocação do juiz da causa.

O acordo de não persecução penal é um instrumento jurídico em que o réu confessa o crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas, como o pagamento de multa e a prestação de serviços comunitários, para não responder ao processo criminal. Esse benefício só está disponível para crimes de menor potencial ofensivo, cometidos sem violência, e com pena máxima prevista de quatro anos.

Os ministros definiram em agosto que o ANPP deveria ser aplicado retroativamente, mas ainda precisavam estabelecer a regra de transição, o que foi feito nesta quarta, após debates internos e com o Ministério Público.

Dados reunidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que 1.695.455 ações penais em tramitação podem ser afetadas pela decisão do STF. A expectativa dos ministros é reduzir a fila de processos.

"Tenho certeza que os impactos do instituto serão sentidos durante as próximas décadas, em uma nova perspectiva de Justiça penal capaz de trazer a prevenção do ilícito sem a necessidade obrigatoriamente de recolhimento à prisão", defendeu André Mendonça.

Os ministros também reconheceram o poder discricionário do Ministério Público para propor esses acordos. Cabe ao promotor ou procurador responsável avaliar se o caso preenche os requisitos necessários para iniciar as negociações.

MATO GROSSO

STF manda pagar pensão vitalícia a ex-governador que assumiu por 33 dias

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO/AE

Por quatro votos a um, os ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mandaram restabelecer a pensão vitalícia do ex-governador de Mato Grosso Moisés Feltrin, que ficou no cargo por 33 dias em 1991. Os ministros ainda determinaram o pagamento retroativo de parcelas que Feltrin não recebe desde novembro de 2018, quando o governo de Mato Grosso cortou os repasses acatando decisão da própria Corte máxima.

O salário atual do governador de Mato Grosso é de R\$ 30.862,79. Feltrin vai receber R\$ 33 mil, apurou o *Estadão*. À época em que ocupou a cadeira no Palácio Paiaguás, sede do Executivo estadual, Feltrin, então no PFL, exercia mandato de deputado estadual e presidia a Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Feltrin assumiu o governo porque o governador Carlos Bezerra renunciou. Ao mesmo tempo, o vice Edison Freitas de

Oliveira se afastou por problemas de saúde. Após breve período no poder, Feltrin transmitiu o cargo para o novo governador eleito Jayme Campos.

A partir de 1999, Feltrin passou a receber a pensão vitalícia. Em 2018, porém, o próprio STF cortou o privilégio a ex-chefes de Executivo no bojo de uma ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil 15 anos antes, em 2003.

Ao acionar o STF, a Ordem citou especificamente o caso de Feltrin que, à época, há 21 anos, recebia R\$ 12.582,00 mensais.

No julgamento que agora restabelece a pensão vitalícia a Feltrin, os ministros Dias Toffoli, André Mendonça e Kassio Nunes Marques seguiram o posicionamento do decano Gilmar Mendes (foto). Ele destacou as "peculiaridades fáticas" do caso - apesar de o próprio STF ter declarado inconstitucional o pagamento de pensão a ex-governadores.

Restou vencido o ministro Edson Fachin, relator, que argumentou a impossibilidade de o colegiado rediscutir uma deci-



ABRASIL

são já tomada pelo plenário.

Gilmar frisou que, quando pediu ao STF o restabelecimento de sua pensão, Feltrin estava com 81 anos e já recebia o benefício suspenso pelo governo de Mato Grosso havia mais de 20 anos - desde 1999.

"Não há cruzada moral que justifique, à luz das garantias constitucionais, a abrupta supressão do benefício recebido de boa-fé durante décadas por pessoa idosa, sem condições de reinserção no mercado de trabalho", justificou Gilmar.

Na avaliação do ministro, a

pensão paga ao ex-governador não é um "privilégio odioso", mas um "benefício de caráter alimentar recebido há anos por indivíduo que, tendo confiado na legislação e na administração, já não mais tem condições de suprir, em razão da avançada idade, suas necessidades no mercado de trabalho".

Gilmar invocou outros casos em que o STF determinou o restabelecimento de pensões de ex-governadores e ponderou que, considerando a garantia constitucional da segurança jurídica e do princípio da proteção legítima, não é mais possível reverter o benefício a Feltrin.

Para o decano, o fato de o ex-governador Moisés Feltrin ser idoso, sem possibilidade de reinserção no mercado de trabalho e ter recebido a pensão por longo período justifica a manutenção dos repasses mensais.

A decisão foi dada durante julgamento virtual de um pedido de Feltrin. Ele requereu o restabelecimento da pensão, barrada após o Supremo declarar inconstitucional o pagamento do benefício a ex-governadores.

QUEIMADAS

Bombeiros de MT monitoram incêndios em 28 fazendas de 21 municípios

O Corpo de Bombeiros de Mato Grosso informou ontem, em nota, que o Batalhão de Emergências Ambientais monitora incêndios em 28 fazendas de 21 municípios, além de fogo na região da BR-364, em Brasnorte. Os municípios nos quais as fazendas se situam são Tabaporã, Cláudia, Nova Maringá, Lucas do Rio Verde, Itanhanga, Nova Mutum, União do Sul, Sinop, Nova Ubiratã, São José do Rio Claro, Santa Terezinha, Porto Alegre

do Norte, Serra Nova Dourada, Araguaiana, General Carneiro, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, Confresa, Luciara, Cocalinho e Colniza.

Além disso, a corporação combatia, na terça-feira, 31 incêndios florestais, situados principalmente no Pantanal de Mato Grosso. "As equipes se dividem na região da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, em Barão de Melgaço; Parque Estadual do Guirá e região da Baía Grande,

próximo a Estação Ecológica do Taiaimã, em Cáceres; e na Fazenda Laguna, próxima a Terra Indígena Tereza Cristina", diz a nota da corporação.

O BEA também monitora incêndios na Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia, em Cocalinho; na Terra Indígena Capoto Jarina, em Peixoto de Azevedo; e na Aldeia Utiariti, em Campo Novo do Parecis. "O Corpo de Bombeiros só não entrou nos locais porque é necessária autorização dos ór-

gãos federais", ressalta no comunicado.

Além desses incêndios, o Corpo de Bombeiros também atua em Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Alto Araguaia, Paranatinga, Pedra Preta, Guiratinga, Alto Paraguai, Sinop, Nova Mutum, Diamantino, União do Sul, Sorriso, Ribeirão Cascalheira, Novo Santo Antônio, Cáceres, Aripuanã, Juína, Juara, Tangará da Serra e Novo Mundo.

Nota

GOVERNO COLOCARÁ R\$ 1,5 BI CONTRA DENGUE E AGUARDA VACINA DO BUTANTAN, DIZ NÍSIA TRINDADE

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse ontem, que o governo federal dedicará R\$ 1,5 bilhão para as ações contra a dengue nos próximos meses. Ela também afirmou que o governo aguarda liberação da Anvisa para a vacina contra a doença desenvolvida pelo Instituto Butantan. "Temos uma estimativa

para o ano que vem, tudo dando certo, de um milhão de doses do Instituto Butantan, que será de dose única, mas teremos confirmação de todos esses dados a partir do encaminhamento à Anvisa", disse a ministra. Ela também mencionou a compra de vacinas da farmacêutica japonesa Takeda. Seriam 9 milhões de doses, no total, para serem divididas entre os Estados. A distribuição deverá ser pactuada nos próximos 15 dias, de acordo com ela.

QUAEST

Pesquisa aponta Paes com 57%, Ramagem, 18%, e Tarcísio com 4%

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), tem 57% das intenções de voto, segundo nova pesquisa do instituto Quaest divulgada ontem. O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo de Jair Bolsonaro (PL), tem 18% e o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ) aparece com 4% da preferência dos eleitores.

O ex-deputado federal Cyro Garcia (PSTU) aparece com 2%. O deputado estadual Rodrigo Amorim (União), Mar-

celo Queiroz (PP) e Carol Sponza (Novo) têm 1%, cada. Juliette Pantoja (UP) e Henrique Simonard (PCO) não pontuaram. Votos em branco e nulos somam 10%, e 6% não sabem responder.

A Quaest fez entrevistas presenciais com 1.140 eleitores cariocas entre os dias 15 e 17 de setembro de 2024. A margem de erro é de três pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número RJ-02944/2024.

ALERJ

Petista e bolsonarista brigam por 'Todynho'

VINÍCIUS NOVAIS/AE

O deputado estadual do Rio de Janeiro Renato Machado (PT) chamou o colega Renan Jordy (PL) para brigar "lá fora". A discussão se deu quando Jordy anunciou que faria um projeto de lei para condecorar Jojo Todynho.

Em seu discurso, o deputado disse que Todynho era uma mulher negra e de direita e que por isso era atacada pela "claque" de esquerda que classificou como "escravocratas". Procurado, Machado disse que respondeu com a mesma intensidade; Jordy declarou que não atacou Machado diretamente.

A discussão aconteceu durante a sessão da Assembleia do Rio de Janeiro (Alerj) de terça-feira passada. No episódio, Jordy parabenizou a artista por "sair da senzala ideológica" da "claque esquerdista". Jojo Todynho se declarou uma mulher conservadora e fez publicações de apoio a Alexandre Ramagem, candidato do PL à prefeitura do Rio.

Segundo Jordy, os partidos de esquerda pregam amor, mas odeiam os que pensam diferente. O deputado então os chamou de "escravocratas do século XXI", "senhores de engenho" e "capatazes do pensamento". Por fim, Jordy disse que está fazendo um projeto para condecorar com a medalha Tiradentes, a maior honraria do estado, à cantora.

Mais adiante na sessão, Re-

nato Machado (PT) rebateu as acusações e se ofendeu com os adjetivos usados. "Quando você se dirige à 'claque', está me incluindo. Você me respeite. Sou um cidadão de bem, pai de família, pastor evangélico e negro. Se você quiser arrumar problema pessoal comigo, você arruma lá fora", disse.

Machado, que se identificou como um homem negro, disse que Jordy não deveria incluí-lo no que chamou de claque. Enquanto o petista falava, apontando o dedo para o adversário, Jordy fez um gesto de passar o dedo sobre o antebraço. Machado considerou isso um gesto racista e disse que vai "tomar as providências cabíveis" e enviar o vídeo do ocorrido ao Ministério Público. Questionado sobre o gesto, Jordy disse que, durante a fala do petista, ele dizia de forma sarcástica "estou morrendo de medo" e o gesto com o dedo seria sobre estar arrepiado.

Sobre o convite para briga, Jordy disse que o adversário "tem histórico de ameaças" e que não sabe se o convite de "espearar lá fora" era para "brigar ou me matar". Machado declarou por meio de nota que "Jordy usou de extrema violência verbal ao se referir aos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Isso causou extrema revolta e indignação em Renato, que respondeu com a mesma veemência, mas ao dizer que esperava lá fora, mostrou que o plenário da Alerj não é espaço para aquele tipo de provocação".

GETÚLIO VARGAS

Castro inaugura 1ª fase de obras de hospital

O governador Cláudio Castro inaugurou, ontem, a primeira fase das obras de reforma do Hospital Estadual Getúlio Vargas (HEGV), localizado na Penha Circular, Zona Norte do Rio. A revitalização incluiu o acesso da emergência e a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que tem 20 leitos. Também foram adquiridos novos equipamentos, num investimento total de R\$ 10,6 milhões.

"O Getúlio Vargas é um hospital fundamental pela complexidade dos atendimentos que realiza, principalmente, em traumatologia. Com seus 85 anos, precisava dessa modernização que estamos realizando. É uma obra complexa, porque está sendo feita com a unidade em funcionamento. Mas os investimentos já se refletem na ampliação e na qualificação da capacidade de atendimento do hospital" afirmou o governador Cláudio Castro, que visitou a unidade com a secretária de Estado de Saúde, Cláudia Mello.

Nesta primeira fase, também foi reformado o Núcleo de Atenção à Família (NAF) e foi criado o Espaço TEA, setor destinado para a realização de exames de eletroencefalograma com sedação para atender com excelência pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em breve, a unidade receberá um tomógrafo fixo, um aparelho de raio-X digital e um aparelho de ressonância magnética, que já foram comprados.

- Estamos, passo a passo, melhorando cada ambiente do Hospital Getúlio Vargas e, nesta modernização, a unidade ganhou um espaço para pacientes com Transtorno do Espectro Autista fazerem exame de encefalograma com o acolhimento das suas famílias. É um orgulho participar desse momento tão importante para a população do Rio de Janeiro e também para os profissionais que trabalham aqui - disse a secretária Cláudia Mello.

GUERRA NO ORIENTE

Depois de pagers, walkie-talkies explodem no Líbano

Um dia depois de explosões simultâneas de pagers usados pelo grupo radical xiita Hezbollah terem ocorrido em vários pontos do Líbano, matando 12 pessoas e ferindo outras 3 mil, walkie-talkies usados pelos militantes do grupo também explodiram ontem.

Uma das explosões ocorreu nos funerais de três membros do Hezbollah e uma criança mortas na sexta-feira na explosão dos pagers, mas foram registrados ataques em diversos pontos do país.

Segundo a agência Reuters, os walkie-talkies, assim como os pagers, tinham sido comprados cinco meses atrás. O Hezbollah evita se comunicar por celular por medo de espionagem por parte de Israel e historicamente recorre a dispositivos com tecnologias offline.

A Cruz Vermelha Libanesa

disse que 30 equipes de ambulância estavam respondendo a "múltiplas explosões" em diferentes áreas do Líbano, incluindo o sul e o leste do país.

Autoridades libanesas acreditam que a agência de espionagem israelense Mossad colocou explosivos dentro de pagers importados pelo Hezbollah meses antes das detonações. A agência tem um longo histórico de operações sofisticadas em solo estrangeiro.

Mais cedo, o Hezbollah reivindicou seu primeiro ataque transfronteiriço desde a série de explosões de pagers, atingindo na tarde desta quarta-feira o que disse serem posições de artilharia israelense com foguetes.

Os ataques não pareciam fazer parte da retaliação esperada pelas explosões do dia anterior, e o grupo disse que foi em resposta aos ataques israelenses no

sul do Líbano.

A crise entre Israel e Hezbollah se agravou depois de que autoridades israelenses declararam na terça-feira que a milícia xiita tinha se tornado um alvo da guerra desencadeada pelos ataques do Hamas em 7 de outubro. No mesmo dia, os ataques contra os pagers foram lançados.

Autoridades americanas disseram na terça-feira que não sabiam do plano para atacar o Hezbollah e Israel não assume oficialmente a autoria dos ataques.

A crescente tensão no Líbano pode agravar o conflito na região. O Irã financia tanto o Hezbollah quanto o Hamas e já trocou disparos com Israel depois da morte de membros da Guarda Revolucionária na Síria.

GENOCÍDIO

O ministro da Defesa de Is-

rael, Yoav Gallant, declarou que uma "nova fase" da guerra começou, à medida que as tropas do país direcionam as atenções para a região ao Norte, na fronteira com o Líbano. Ontem de manhã uma série de painéis solares e walkie-talkies explodiram em várias partes do Líbano, segundo a agência oficial de notícias do país. Mais cedo, o Ministério da Saúde libanês confirmou que pelo menos nove pessoas morreram e 300 ficaram feridas.

O chefe do conselho executivo do Hezbollah, Hashem Safieddine, afirmou que o grupo responderá às explosões com "punição especial".

Em seu pronunciamento ontem, Gallant não mencionou as explosões, mas elogiou o trabalho do exército de Israel e das agências de segurança e espionagem, afirmando que os resultados foram "impressionantes".

Presidente do Irã acusa os EUA de apoiar explosões cometidas por Israel

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, acusou os EUA e seus aliados de apoiarem o ataque de pagers explosivos ao Hezbollah no Líbano e na Síria. "Usar dispositivos, feitos para o bem-estar dos seres humanos, como uma ferra-

menta para assassinato e aniquilação" daqueles que não têm as mesmas visões dos EUA, Israel e do Ocidente é "uma indicação do colapso da humanidade, bem como da dominação da selvageria e da barbárie". A citação foi feita no

site do presidente nesta quarta-feira.

"O incidente mostrou mais uma vez que as nações ocidentais e os americanos apoiam totalmente o crime, as mortes e os assassinatos cegos pelo regime sionista, na prática", acrescentou Pezeshkian.

O Irã é o principal apoiador do Hezbollah, o grupo militante libanês que Israel vê como sua ameaça mais direta. Muitos dos combatentes do grupo foram mortos e feridos nas explosões de terça-feira.

Israel segue com genocídio, enquanto os EUA insistem em acordo de cessar-fogo tendencioso

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, afirmou ontem, que as escaladas surpreendentes nas tensões do Oriente Médio ameaçam inviabilizar os esforços para intermediar um acordo de cessar-fogo em Gaza. O secretário conversou com repórteres no Cairo, para onde viajou em busca de dar continuidade às negociações pelo fim dos conflitos na região.

Cada vez que os Estados Unidos e outros mediadores acreditam estar progredindo rumo ao

acordo, aparecem "repetidamente" eventos que "ameaçam desacelerar, parar e descarrilar o acordo", disse Blinken, em resposta a uma pergunta sobre as explosões do dia anterior no Líbano. O secretário reiterou que os EUA ainda estavam reunindo informações sobre as circunstâncias do ataque ao pager e se recusou a fazer comentários mais específicos.

Ministro das Relações Exteriores do Egito, Badr Abdelatty afirmou que a região estava à beira de uma guerra mais am-

pla e criticou as explosões direcionadas de terça-feira no Líbano. "Qualquer escalada, incluindo o que aconteceu ontem, certamente dificulta a obtenção de um acordo de cessar-fogo e a libertação de reféns e detidos", disse Abdelatty. "Certamente, o que aconteceu não só atrapalha as negociações atuais, mas também corre o risco de entrar em uma guerra em grande escala."

As falas ocorreram antes do ministro de Defesa de Israel, Yoav Gallant, declarar que uma

"nova fase" da guerra começou, em meio a uma série de novas explosões de painéis solares e walkie-talkies em várias partes do Líbano. Os ataques não são reivindicados por Israel, mas Gallant elogiou como "impressionantes" os resultados dos trabalhos do exército e das agências de segurança israelenses.

Os EUA, o Egito e outros parceiros internacionais afirmam que o acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas é a melhor chance de conter as tensões regionais mais amplas.

EUA

Guarda Costeira divulga 1ª imagem dos destroços do Titan após implosão

A primeira imagem do submersível Titan após sua implosão fatal em junho de 2023 foi revelada pela Guarda Costeira dos Estados Unidos na segunda-feira passada, primeiro dia de audiência pública sobre as mortes das cinco pessoas a bordo.

A imagem é de 22 de junho de 2023, dias após o incidente que ocorreu dia 18, e foi obtida pela Guarda Costeira dos EUA e pela

Pelagic Research Services. A imagem é uma captura de tela de uma gravação que mostra a cauda do submersível Titan no fundo do oceano. É possível ver também alguns fragmentos da embarcação, que mais tarde foram encontrados pelas equipes de resgate.

As vítimas do acidente morreram após a pressão no fundo do oceano fazer com que o Titan

implodisse na costa de Newfoundland, Canadá. Todas as pessoas a bordo morreram no acidente: o explorador britânico Hamish Harding; o empresário britânico-paquistanês Shahzad Dawood e seu filho Suleman; Stockton Rush, diretor executivo da OceanGate, a empresa americana proprietária do Titan; e o mergulhador francês Paul-Henri Nargeolet.

A Guarda Costeira dos EUA iniciou no dia 16 de setembro uma audiência sobre a implosão do submersível de propriedade privada em uma viagem aos destroços do Titanic no ano passado. A audiência de duas semanas sobre a catástrofe apresentará evidências sobre o que deu errado e se falhas físicas ou de design contribuíram para o acidente.

Nota

LULA E PUTIN CONVERSAM SOBRE BRICS E UCRÂNIA POR TELEFONE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu telefonema do presidente da Rússia, Vladimir Putin, ontem. A informação foi divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) na manhã desta quarta-feira. De acordo com a nota publicada pelo governo brasileiro, os dois conversaram sobre os temas que serão debatidos na cúpula do Brics, que será realizada na Rússia no mês que vem. Também falaram sobre a guerra entre russos e ucranianos, além de temas da relação bilateral Brasil - Rússia. Segundo a Secom, na conversa o presidente Putin também manifestou solidariedade ao Brasil no enfrentamento dos incêndios florestais.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL